
CAPITAL SOCIAL: O ATIVO INTANGÍVEL BÁSICO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL

Manoel Quaresma Xavier

Mestre em Contabilidade pela
Universidade Federal do Paraná
Professor Assistente do Departamento de Ciências
Contábeis da Universidade Estadual de Maringá
mqxavier@uem.br

Vicente Pacheco

Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade
Federal de Santa Catarina
Professor do Programa de Mestrado em Contabilidade da
Universidade Federal do Paraná
vpacheco@ufpr.br

Fátima Aparecida da Cruz Padoan

Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná
Professora Assistente do departamento de Ciências Contábeis da
Universidade Estadual do Norte do Paraná
fatimapadoan@gmail.com

RESUMO

Este artigo discute aspectos do capital social como ativo intangível. Inicialmente, justifica a importância do tema a ansiedade de os cidadãos em se organizarem para encontrar alternativas de gerenciamento dos recursos em benefício coletivo, tendo, no seres humanos, o principal foco. Quanto à metodologia de pesquisa, o artigo fundamentou-se em referencial bibliográfico e procurou consolidar aspectos que compõem o capital social, para evidenciar o papel do ativo intangível no desenvolvimento local sustentável. Pôde constatar o contraste de experiências vivenciadas na Itália pelas sociedades cívicas e não cívicas, sendo que civismo está diretamente correlacionado com o desenvolvimento sustentável. Discutiu uma nova variável que integra o capital social, denominada Educação Fiscal, cuja missão é estimular a mudança de valores, crenças e cultura dos indivíduos de uma sociedade em benefício coletivo. Por fim, a contabilidade foi apresentada como indispensável para auxiliar na divulgação de informações econômico-financeiras, haja vista que toda organização, com ou sem fins lucrativos, privada ou pública, necessita de informações desta natureza para tomada de decisões. Como conclusão, fez-se um relato da interação dos tópicos discutidos no sentido de mostrar que o capital social é um ativo intangível que, quanto mais se usa, mais cresce.

Palavras-chave: Ativo Intangível; Capital Social; Desenvolvimento Social; Sociedade.

ABSTRACT

This article discusses aspects of social capital as an intangible asset. Initially, what justify the importance of the theme is the anxiety of the citizens to organize themselves to find alternatives of management of resources in collective benefit, being the humans the main focus. About the methodology of the search, the article was based on bibliographic references and sought to consolidate aspects that make up the social capital, to highlight to role of the intangible asset by civic and non-civic societies, as the civism is directly correlated with sustainable development. It discussed a new variable which includes the social capital, called Tax Education, which mission is to stimulate the change of values, beliefs and culture of individuals for a society in collective benefit. Finally, the account was presented as necessary to assist in dissemination of economic and financial informations, is seen that all the organizations, whether for profit or not, private or public, needs such information for making decisions. As a conclusion, it was an account of the interaction of the topics discussed on order to show the social capital as an intangible asset that the more it is used, fastest it grow.

Keywords: Intangible Asset; Social Capital; Sustainable Development; Society.

Enf.: Ref. Cont.	UEM-Paraná	v. 27	n. 3	p. 22 - 31	setembro / dezembro 2008
------------------	------------	-------	------	------------	--------------------------

1 INTRODUÇÃO

No decorrer das últimas duas décadas, a história tem demonstrado que as sociedades têm procurado intensificar alternativas de gerenciamento dos recursos públicos na busca de melhores condições de sobrevivência. Essa percepção pode ter como fundamento básico o crescimento da demanda por bens e serviços, além da capacidade financeira que os gestores públicos dispõem para atendê-las.

Do ponto de vista social, entende-se que todo cidadão é parte co-responsável pela auto-sobrevivência e, neste sentido, na interação consciente das ações e atitudes no convívio social, cria-se o capital social. Este, entendido como sendo um conjunto de valores e atitudes que favorecem o desenvolvimento. Esse conjunto de valores, por não ser corpóreo, pode ser considerado um Ativo Intangível que necessita de ações de sensibilização para proporcionar benefícios incrementais no desenvolvimento social sustentável.

Esse cenário tem proporcionado a membros da sociedade meios de se desenvolver novos métodos que possibilitem aos mesmos descobrirem seus direitos e deveres perante a sociedade a que pertencem e, assim, encontrarem alternativas que minimizem necessidades coletivas. O foco principal deste estudo é o ser humano, cujo papel seria o de realizar ações de solidariedade, promovendo uma convivência harmônica, com o propósito de conservar o patrimônio tangível e o intangível de caráter coletivo, tendo em vista que a educação, enquanto formadora do capital humano, é considerada a condição mais importante para a formação do processo de desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida.

O que se tem observado nas discussões sobre bens intangíveis é que sua ênfase está direcionada às empresas que visam lucros, ou seja: marca, patentes, *goodwill* e, conseqüentemente, à forma de mensuração destes bens no contexto das empresas. Por outro lado, não se percebe, com a mesma ênfase, a preocupação em analisar o potencial humano na formação do capital social voltado aos problemas coletivos da sociedade.

Sobre este aspecto Crawford (1994, p.15) se manifesta dizendo que: "nessa nova economia, informação e conhecimento substituem capital físico, tornando-se uma das maiores vantagens competitivas nos negócios; e a inteligência criadora constitui-se na riqueza da nova sociedade". Estudo do conhecimento e informações sobre deveres e direitos de cada cidadão, pode-se constatar que os gastos públicos com o aperfeiçoamento e a sensibilização da

importância da conservação dos bens comuns são fatores primordiais na formação dos seres humanos como um bem intangível. Certamente, representa tornar-se uma sociedade independente quanto ao seu desenvolvimento e continuidade.

Pode-se, portanto, inferir que a criatividade seja derivada do conhecimento, como ativo intangível real das sociedades, e que as sociedades que não se empenham em mantê-los e valorizá-los, terão sérias conseqüências de continuidade, justamente pela incapacidade de perceber que o ativo intangível, de caráter social, é considerado fator preponderante para a sua sobrevivência.

O processo de investimento na formação do cidadão, como ser humano consciente de seus deveres e direitos, gera o capital social facilitador dos mecanismos de continuidade sustentável da sociedade, e esse capital pode ser considerado um ativo social intangível. Nessa formação, a confiança e as ações de reciprocidade são consideradas os ativos intangíveis mais importantes para solução de problemas comuns de uma sociedade.

Neste artigo se propõe analisar a formação do capital social como um bem intangível básico, que depende do conhecimento que cada membro da sociedade dispõe, ao participar de projetos com intuito de promover ações e atitudes voltadas à constituição de bens e serviços de natureza coletiva.

Portanto, o principal objetivo deste artigo é evidenciar que os capitais humanos individuais ao se interagirem forma o capital social, como um bem intangível voltado ao desenvolvimento social sustentável e como questão de pesquisa, responder se os conceitos de formação do ser humano têm relação com a formação do capital social de uma sociedade.

Como fator metodológico baseará em referencial bibliográfico que trata tanto do capital humano de cada cidadão como experiências de sociedades que conviveram sobre a forma de capital social. Para tanto, levará em consideração fatores educacionais de formação individual voltado à integração dos capitais humanos na formação do capital social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No contexto do desenvolvimento econômico, o fator capital é entendido como a principal variável influenciadora dos aspectos produtivos, independente se industrial, comercial ou de serviços. Porém, novos estudos têm demonstrado que a riqueza de uma

empresa está sendo influenciada diretamente pelo capital humano, através do seu estoque de conhecimento, cuja consequência reflete na habilidade de inovação dos meios que possibilitam a geração de caixa futuro.

Ludícibus (1997, p.65) entende ativo como sendo "um conjunto de meios ou a matéria posta à disposição do administrador para que este possa operar de modo a conseguir os fins que a entidade, entregue à sua direção, tem em vista". Verifica-se que o autor não se preocupava com o capital humano como fator relevante de influência no sistema produtivo.

Outra conceituação é dada por Martins (1972, p.30) que enfatiza ativo como "o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente". O autor não menciona se esse resultado está correlacionado ao capital humano ou ao capital físico, mas às ações dos agentes que estão gerenciando os recursos colocados à disposição do gestor. Este conceito nos remete ao entendimento de que já havia certa prudência sobre os meios que proporcionavam resultados econômicos à empresa.

Hendriksen e Breda (1999, p.283), dão uma conotação de Ativo ao dizerem que ele representa "benefícios econômicos futuros prováveis, obtidos ou controlados por uma dada entidade, em consequência de transações ou eventos passados". Neste conceito, os autores não demonstram nenhum aspecto que envolva a capacidade inovadora dos membros de uma empresa. Porém, destaca-se a palavra "transações" como sendo todas as ações e atitudes tomadas nas entidades, na busca de resultados favoráveis.

Diante das definições citadas, pode-se entender que é por meio do conhecimento humano que se podem buscar melhores alternativas econômicas, sendo que essas podem estar associadas tanto aos meios de produção, quanto às técnicas de gerenciamento e mensuração dos resultados econômicos e financeiros.

A mensuração dos valores dos ativos intangíveis é reconhecida pela contabilidade quando o preço de mercado - quantidade de ações vezes o preço de mercado - supera o valor contábil. Sobre esse aspecto, Sveiby (1998, p.9) menciona que "esses ativos são invisíveis porque não são contabilizados". O autor complementa, mencionando que esses ativos não são palpáveis, porém, geram resultados econômicos e que todos têm sua origem no pessoal de uma organização.

Por estes conceitos, pode-se entender que os ativos intangíveis são aqueles sem existência física, são

incorpóreos, não possuem substâncias físicas, mas, geram resultados econômicos positivos ao seu proprietário. Estudos têm demonstrado que está ocorrendo uma evolução desses ativos na composição patrimonial das empresas, cujo potencial é refletido no preço das ações no mercado acionário.

Nesse segmento de valor de mercado, o conhecimento é tratado como principal variável explicativa do ativo intangível, tendo em vista que influencia diretamente o processo de inovação dos empreendimentos e, conseqüentemente, mantém o poder de sobrevivência e crescimento dessas empresas no contexto do mercado extremamente competitivo.

Sveiby (1998, p.63) enfatiza que "quando uma empresa é formada em grande parte por profissionais qualificados que utilizam sua criatividade para solucionar problemas complexos para seus clientes, essa empresa opera de uma forma especial, que reflete as forças que influenciam e controlam a organização". Essas forças, de acordo com o autor, atuam em todas as organizações que empregam pessoas altamente qualificadas. Este entendimento é extensivo à capacidade de desenvolvimento social sustentável de qualquer sociedade organizada.

Assim, como em qualquer organização, Sveiby (1998) diz que a composição da estrutura organizacional está alicerçada em quatro participantes: o profissional, o gerente, o pessoal de suporte e o líder. Esta composição é tida como fundamental para um gerenciamento bem-sucedido, independente do intangível de que cada componente dispõe. Esta mesma composição pode ser submetida às organizações de caráter social, desde que amplamente conscientizada do papel que cada membro tem perante o meio em que convive.

Neste contexto de participação dos membros de uma organização, o conhecimento - entendido como capital humano de cada membro - quando interage, forma o que se denomina de Capital Social. O capital humano é entendido por Silva (2006, p.3) como "a soma das habilidades dos indivíduos de uma sociedade". Marteleto e Silva (2004, p.43-44) também o entendem como sendo o processo que "engloba as habilidades e conhecimentos dos indivíduos que, em conjunto com outras habilidades pessoais e o esforço despendido, aumentam as possibilidades de produção e de bem-estar, social e econômico".

Quanto ao Capital Social, Putnam (2005, p.177) a ele se refere quando afirma que o mesmo "diz respeito a características da organização social, como

confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas". O mesmo conceito é defendido por Pagnoncelli e Aumond (2004, p.21), ao mencionarem que o Capital Social é formado "quando as pessoas participam de grupos ou associações, formalmente organizadas ou não, para realizar atividades ou simplesmente para se reunir de maneira regular". Citam, como exemplo, os sindicatos, os grupos religiosos, os movimentos políticos, as associações de moradores, grupos esportivos, ONGs, associação de pais e mestres.

Para os autores, esses grupos e associações expressam a estrutura social em que operam: ricos e pobres, as tendências políticas e religiosas, a diversidade étnica e outros aspectos. Quando há interação sintonizada com certo objetivo comum, surgem redes que fortalecem o desenvolvimento e o crescimento do capital social, predispondo as pessoas a participarem e contribuírem, entre si, em projetos que beneficiam a comunidade como um todo, seja com ações individuais ou coletivas.

As pessoas passam a entender que, quando os membros de uma sociedade têm consciência da necessidade de atuação coletiva, essa consciência pode propiciar condições de progresso mediante a constituição de redes sociais, que são conexões de idéias. O principal resultado desse processo é a percepção de que o desenvolvimento efetivo de qualquer indivíduo não pode ser alcançado às custas ou a despeito do desenvolvimento da comunidade, mas, tão somente, como parte deste.

Ao analisar os conceitos de ativo intangível contidos na literatura, é possível constatar que eles estão voltados aos benefícios do contexto empresarial com fins lucrativos. Porém, sobre o aspecto social, empiricamente, estudos têm demonstrado iniciativas de promoção de processos sociais de desenvolvimento próprio, com ou sem fins lucrativos, de natureza privada ou pública.

O que se tem constatado sobre o que há de consenso entre os cientistas, é que a sociedade vive um momento da valorização do conhecimento, quando os procedimentos contábeis tradicionais, como os ativos permanentes, a mão-de-obra, materiais e outros bens tangíveis, diante dessa nova concepção, estão sendo considerados inadequados e tornando-se obsoletos. Outro aspecto a ser considerado é a tendência de se mensurar contabilmente os ativos intangíveis, como o conhecimento, a capacidade de adaptação às inovações tecnológicas, a predisposição a trabalhos em grupos, tendo em vista

a tendência do fluxo migratório dos usuários às empresas que adotam essas estratégias.

Neste sentido, os ativos tangíveis, até então entendidos como os principais geradores de resultados econômicos, estão se tornando menos representativos nas organizações, sejam públicas ou privadas, e já não são vistos pelas empresas como principal para a geração de fluxo de caixa futuro das organizações.

3 CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Um dos fatores da atualidade, que não aparece nos demonstrativos contábeis, e que está agregando valor tanto às empresas como às sociedades ou grupos, é a formação dos ativos intangíveis, representados pelo conhecimento individual de cada membro que compõe a organização. O ativo individual, entendido também como capital humano e intelectual, refere-se à experiência, à educação, as habilidades, à capacitação, à incorporação do conhecimento das novas tecnologias, a valores e atitudes individuais.

Do ponto de vista sistêmico, em que a organização é vista como um todo, embora dividida em partes que interagem na busca do objetivo proposto, estes elementos que representam o ativo intangível necessitam de interação e ou esforços individuais na busca de um objetivo comum ou coletivo. Quanto ao coletivo, o mesmo é entendido como a soma de todas as qualidades e competências individuais, independente da posição hierárquica da organização.

Neste cenário de estudo do desenvolvimento econômico das sociedades, o que tem chamado a atenção são as causas que facilitam certas trajetórias bem sucedidas e a obstrução de outras, em alguns casos pertencentes ao mesmo sistema. O que se questiona é o fato de que algumas localidades se desenvolvem, enquanto outras, não. Alguns autores como Putnam (1996) e Coleman (1988) correlacionam o desenvolvimento à potencialidade de existência de capital social.

Embora haja dificuldade de mensuração, os autores afirmam que, por trás dos sucessos de crescimento e desenvolvimento de localidades ou organizações, há certa influência do capital social, sendo que os fracassos estão associados à sua ausência.

Nesse processo de crescimento e desenvolvimento está contida uma condição de formato horizontal de atuação dos membros que compõem o sistema.

Amaral Filho (1996), ao desenvolver estudos sobre o tema, menciona que o formato horizontal é tido naquelas organizações que dão origem às cooperativas, aos clubes, à sociedade de assistência mútua, a associações culturais, aos sindicatos, ou seja, espécie de sociedade compostas por organizações desprovidas de hierarquia e regras rígidas.

Estas organizações gozam de certas vantagens em relação às verticais, pelo fato de que as horizontais criam redes de solidariedade entre seus membros, e desenvolvem relações generalizadas de reciprocidades, facilitando a cooperação espontânea e criando antídotos contra o clientelismo e o oportunismo. De acordo com Putnam (1996), os sistemas de participação cívica são de forma essencial de capital social, e quanto mais desenvolvidos forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefícios coletivos.

Para Cerullo (2006, p.5) o Capital Social

[...] compreende as normas implícitas de reciprocidade, informação e confiança presentes nas relações cotidianas, desenvolvidas pelos indivíduos, que potencialmente podem gerar benefícios diretos ou indiretos a si próprios e à comunidade, transcendendo relações conflituosas e competitivas para conformar relações de cooperação e ajuda mútua.

Sobre capital social, Durston (2002) destaca três teóricos que proporcionaram pesquisas sobre o tema: James Coleman, que desenvolveu o conceito na área da educação e avalia o seu desempenho no crescimento do capital humano numa abordagem fundamentada na escolha racional. Robert Putnam, que concentrou o conceito na compreensão da participação e engajamento dos membros de uma sociedade e os seus efeitos nas instituições democráticas com ênfase do modelo governamental de algumas regiões da Itália. Por último, Pierre Bourdieu, que trata o capital social como a soma dos recursos decorrentes da existência de uma rede de relações de reconhecimento mútuo institucionalizada em campos sociais.

Além destes conceitos, está surgindo uma nova concepção de ativo intangível por intermédio da Educação Fiscal, que tem poder de constituição de capital social para o desenvolvimento social sustentável. A Educação Fiscal, conforme PNEF - Programa Nacional de Educação Fiscal (2004) - é

entendida como o processo de sensibilização e conscientização de cada membro da sociedade a agir de forma coletiva, tanto no processo de geração quanto na aplicação dos recursos públicos, principalmente os de uso comum como os tributos.

Diante da percepção de que o ser humano, ao agir de forma coletiva, propicia bem-estar social em função da consciência cidadã e alicerçado pelas recomendações da UNESCO - Organização das Nações Unidas de Educação, Ciência e Cultura -, o MEC - Ministério da Educação - inseriu nos novos parâmetros curriculares nacionais de conteúdos específicos, aspectos sobre o papel social dos tributos no Brasil, para análise como temas transversais.

De acordo com o PNEF (Brasil, 2004) o principal objetivo é colocar o país em um processo contínuo de Educação Fiscal, para fazer superar o senso comum que coloca o tributo como uma penalização injusta sobre o cidadão.

Os valores sociais, políticos e econômicos abordados no PNEF, mostram que o exercício da cidadania demanda atitude coletiva e individual em prol do bem comum. Para tanto, esse exercício pressupõe a existência de comunidades livremente organizadas, onde os cidadãos e cidadãs discutem, escolhem e planejam formas de convivência coletiva, o que caracteriza o Capital Social.

Todas essas ações são provenientes de atitudes de pessoas com predominância de conhecimentos que gera recursos financeiros e não financeiros voltados ao interesse coletivo.

4 SOCIEDADES QUE VIVENCIARAM SITUAÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

Primeiramente, o desenvolvimento pode ocorrer pelo resultado automático do crescimento econômico de uma localidade, representado por ativos tangíveis, como exemplo o número de edificações construídas, veículos vendidos, indústrias instaladas, entre outros. Porém, no sentido social, o que interessa sobre o desenvolvimento é a capacidade que cada cidadão pode proporcionar com suas ações de conhecimento e habilidades - capital humano - para buscar soluções a problemas de natureza coletiva voltadas ao bem-estar social.

Franco (2004) explica que, para entender o que é desenvolvimento, a pergunta que se deve fazer não pode ser: Por que uma determinada localidade

conseguiu se desenvolver, ou de onde vieram os recursos para promover o desenvolvimento, ou, ainda, quem teve a idéia genial de investir ali, nesse ou naquele setor econômico? O que se deve perguntar é: Por qual razão uma comunidade não está conseguindo se desenvolver? O que a está impedindo de fazer isso? Por que as pessoas, coletivamente, não estão tomando a iniciativa de promover o seu próprio desenvolvimento?

Sobre estes aspectos, destacam-se as evidências de estudos feitos por Coleman (1988) e Putnam (2000). Estes autores puderam constatar, junto a políticos, líderes comunitários e ao público, em geral, da Itália, que a vida social e política na comunidade têm relação direta com o civismo. Nas regiões menos cívicas, a procura por um político era superior à região cívica, pois, procuravam por serem dependentes (clientelismo), enquanto na região cívica os cidadãos sabiam do seu verdadeiro papel.

Enquanto os cívicos procuravam os políticos para saber sobre assuntos legais ou administrativos, os não-cívicos procuravam os políticos com intuito de obterem empregos; enquanto os cívicos votavam por convicção, os não-cívicos votavam por clientelismo. Esse paradoxo de convicções gerava desenvolvimento aos cívicos e dependência política dos não-cívicos. O fato de os cívicos procurarem os políticos para tratar de assuntos coletivos, gerava confiança e normas de relações sociais informais, que se caracterizavam como sendo a formação do Capital Social.

De acordo com Boeira (2005), quando as pessoas agem coletivamente sob a forma de capital social, as sociedades, ou partes delas, exploram melhor as oportunidades sob seu alcance, tornam-se mais eficientes e seus custos de transação são reduzidos, diminuem-se as necessidades do uso da violência na regulação de conflitos, mais atores sociais são constituídos e a sociedade civil torna-se mais forte.

Por estas considerações, fica evidente o papel social que cada cidadão, consciente de seus deveres e direitos, tem perante a sociedade como fator de desenvolvimento sustentável e menos dependente do poder público.

Quanto ao surgimento do desenvolvimento sustentável, Franco (2005) menciona que surgiu com o atual modelo de crescimento econômico que gerou enormes desequilíbrios. Se, por um lado, nunca houve tanta riqueza e fartura no mundo, por outro lado, a miséria, a degradação ambiental e a poluição aumentam dia-a-dia.

Diante desta constatação, surge a idéia do Desenvolvimento Sustentável (DS), ao conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, com a minimização da lacuna entre riqueza e pobreza existentes nas sociedades organizadas. Para o autor, os pontos básicos do desenvolvimento sustentável fundamentavam-se nos seguintes fatos:

- Que ao invés de ofertar recursos, investiam nas capacidades permanentes das pessoas e em ambientes sociais favoráveis;
- que, ao invés de executar políticas assistencialistas e clientelistas, promoviam o desenvolvimento humano e social sustentável;
- que, ao invés de ficar esperando tudo do Estado, construíam parcerias entre indivíduos e organizações da sociedade civil, empresas e governos, em todos os níveis, para executar programas inovadores de investimento em capital humano e em capital social;
- que, ao invés de agir setorialmente para satisfazer necessidades das populações, apostavam nos ativos intangíveis que toda comunidade possui;
- que, ao invés de partir de diagnósticos burocráticos de carecimentos e ficar lamentando a falta de recursos orçamentários, partiam para o mapeamento das potencialidades que já existiam em estado latente e podiam ser dinamizadas, alavancando novos recursos;
- que, ao invés de ficar esperando que alguém, de cima ou de fora, viesse resolver os problemas de uma localidade, exerciam o protagonismo comunitário, tomavam iniciativas, agregavam competências e assumiam responsabilidades para promover o desenvolvimento local.

Neste contexto factual, o relatório Brundtland (1987) complementa os pontos mencionados ao relatar as pretensões do Desenvolvimento Sustentável fundamentado nas seguintes premissas:

- Atendessem às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades;
- alcançassem uma situação ideal de justiça social para a humanidade, na qual o desenvolvimento sócio-econômico, em bases eqüitativas, estaria em harmonia com os sistemas de suporte da vida na Terra;
- tratava-se de uma discussão em nível

mundial onde a base dos investimentos estava no Ativo Intangível que cada cidadão inculcava - Capital humano e intelectual.

Por estas razões, e na visão de Boisier (1997), "a sociedade civil, e nela compreendidas as formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação sócio-econômica em uma região". Outros autores, como Godard *et al.* (1987), defendem a importância do papel da sociedade civil e das redes sociais, ao mencionarem que "uma das chaves do desenvolvimento local reside na capacidade de cooperação entre seus atores". Acrescentam que é "conveniente particularizar a análise das formas de cooperação institucional ou voluntária que se produzem entre eles, contanto que o objetivo seja o desenvolvimento local".

Diante destes fatores, é possível compreender que uma estratégia política de desenvolvimento social não pode se ater somente a ações de aspecto rígido, como exemplo, as linhas de crédito, os incentivos fiscais ou investimentos na formação bruta de capital imobilizado. Essa estratégia deve, também, procurar criar, manter e ampliar o estoque de capital social em sua comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas coletivos, além de promover a participação recíproca com os membros das comunidades locais.

Todos estes argumentos podem ser auxiliados pelo programa Nacional de Educação Fiscal, haja vista que sua missão, conforme PNEF (2004, p.35, caderno 1), é "estimular a mudança de valores, crenças e culturas do indivíduo, na perspectiva da formação de um ser humano integral, como meio de possibilitar o pleno exercício de cidadania e propiciar a transformação social".

Por estes pontos, pretensões e conceitos mencionados, fica evidente que a conscientização de cada cidadão do seu verdadeiro papel na sociedade gera confiança recíproca, que proporciona sustentabilidade ao desenvolvimento, ao gerar capital social.

6 CAPITAL SOCIAL E CONTABILIDADE

A percepção dos meios que proporcionam resultados econômicos, financeiros e sociais nas organizações, independentes se com fins lucrativos ou não, privadas ou públicas, tem sido alvo de estudos pela ciência

contábil, devido o crescimento dos ativos intangíveis na composição patrimonial dessas organizações.

Para Ludícibus (1997, p.20), a contabilidade, como ciência social, tem a "finalidade de prover os usuários dos demonstrativos financeiros com informações que os ajudarão a tomar decisões". O autor acrescenta que tem havido mudanças significativas nos perfis e nas necessidades dos usuários, bem como nas formas de divulgar informações.

Nesse novo enfoque se encontram os cidadãos que financiam, através dos tributos, os recursos para atender às necessidades coletivas, seja de um condomínio, dos Entes públicos, das Organizações não Governamentais, ou qualquer outra organização de caráter social. Estes cidadãos têm incrementado seu potencial de capital humano, mediante novos conhecimentos, habilidades e consciência cidadã de seus deveres e direitos para convivência em grupos ou sociedade.

Quanto aos aspectos de mensuração desse ativo intangível, Ludícibus (1997) alerta que a contabilidade, ao atribuir valor ao seu ativo tangível, "apenas está apresentando uma parte da essência, que é a expressão monetária", sendo que, quando se trata de ativos intangíveis, não encontra a mesma facilidade.

Neste contexto, Pacheco (2005, p.57) adverte que:

[...] a contabilidade deve estar participando ativamente deste novo cenário, cumprindo seu papel de acordo com os objetivos pelos quais existe, e os ativos intangíveis, cuja importância não está passando despercebida pela classe contábil, está estimulando o seu desenvolvimento e identificando necessidades de correções no seu rumo. E, um dos seus primeiros desafios em termos de generalização parece estar ligado à contabilização dos recursos humanos.

Por este entendimento, pode-se extrair que a participação ativa dos membros de qualquer sociedade está sujeita à informação de natureza econômico-financeira, que permita avaliar desempenhos e assim conhecer os meios que proporcionaram os recursos para o controle dos fatores econômicos e sociais. Mesmo considerando que a interação do capital humano - conhecimento, habilidades, talentos, experiências dos empregados, capacidade de inovação - forma o capital social, há que se dispor de mecanismos de mensuração para

avaliação dos resultados constituídos pelo processo de interação.

Diante da constatação de que os ativos intangíveis estão cada vez mais evidentes, principalmente no campo do desenvolvimento social, cabe à contabilidade identificar e disponibilizar os meios de gerar informações voltadas aos interesses dos usuários de bens coletivos.

Discutem-se atualmente nos meios acadêmicos que o *Balanced Scorecard* (BSC), por ser composto de indicadores financeiros e não financeiros (capital humano) e, ao mesmo tempo, permitir avaliar o desempenho de cada área que compõe o sistema organizacional, é o que mais tem condições de auxiliar as organizações em suas decisões gerenciais.

De acordo com Kaplan e Norton (1997), o BSC fundamenta-se em quatro perspectivas - financeira, cliente, processos internos e aprendizado e crescimento. Estas perspectivas são interdependentes e, ao interagir, elas proporcionam identificar pontos estratégicos de mensuração através de seus indicadores. Detectados possíveis desvios de seus objetivos, atitudes decisórias devem ser tomadas no sentido de convergir à realidade planejada. Essas atitudes podem ser tomadas tanto em nível empresarial, com o objetivo de melhorar seus lucros, como no campo social, no sentido de maximizar os recursos que atendam às necessidades coletivas.

Independente se a organização seja de caráter social, ou seja, sem fins lucrativos, recursos financeiros são necessários para manutenção de suas atividades e, quando envolve dinheiro, a contabilidade precisa estar presente, demonstrando em seus relatórios financeiros os desempenhos obtidos ou necessários para tais fins. Peixe (2002, p.70), citando Antony e Herzlinger (1975), complementa descrevendo que "o sucesso de uma organização sem fins lucrativos deveria ser mensurado pelo quanto ela contribui para o bem-estar público".

Os autores assim se manifestam devido à dificuldade de mensuração em termos quantitativos, tendo em vista o seu grau de subjetividade.

Por estas razões, entende-se que, para haver desenvolvimento sustentável de caráter social, o ativo intangível também exige controle de suas ações e a contabilidade, como ciência social, não pode estar ausente de suas responsabilidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presunção de que as sociedades estão procurando alternativas de gerenciamento dos próprios recursos, com fins de desenvolvimento social sustentável, encontra respaldo nos conceitos de capital humano como ativo intangível, por ser considerado o mais importante ativo de uma organização, seja com ou sem fins lucrativos, de natureza privada ou pública.

A aplicação desse capital humano precisa ser trabalhada quanto aos aspectos de sensibilização de sua importância para o meio em que convive, principalmente quando se trata dos bens e serviços públicos de uma sociedade, tendo na Educação Fiscal amplo apoio de conscientização do papel que cada cidadão tem em participar de forma coletiva, tanto nos aspectos de obtenção quanto na aplicação dos recursos públicos, estendendo esse papel aos meios de fiscalização e acompanhamento pelos poderes institucionais constituídos.

O capital humano, quando sensibilizado pelos aspectos de participação perante o meio em que convive, forma o capital social que, através das redes de conexões de idéias, torna-se uma sociedade forte e suficiente para produzir o bem-estar de seus membros, a equidade social e a igualdade política, ou seja, uma sociedade capaz de autogovernar.

As pessoas que compõem uma organização, ou uma sociedade, não devem ser consideradas como propriedade dessas organizações, mas, sim, os resultados que elas proporcionam através dos investimentos em seus intangíveis.

A partir do referencial teórico apresentado, pode-se verificar que a interação dos diversos conhecimentos de cada indivíduo voltados ao bem comum pode proporcionar redes de comunicação que formam o capital social capaz de solucionar problemas independentes da intervenção do poder público, ou seja, sugere que intervenções que objetivam a melhoria das sociedades precisam levar em consideração a organização social, facilitando ou estimulando a promoção de interações entre grupos fortalecendo o capital social tendo como finalidade a participação dos cidadãos na formulação e execução de estratégias de desenvolvimento.

Para solidificação do capital social como ativo intangível, indispensável para o desenvolvimento local sustentável, há que se levar em consideração o papel da contabilidade como ciência social, que proporciona informações de natureza econômico-financeira necessária ao processo decisório. Evidências sobre estudos quanto aos aspectos de

mensurar as ações provenientes da aplicação dos ativos intangíveis, são considerados uma realidade, onde pesquisadores estão procurando identificar técnicas contábeis como, por exemplo, os indicadores sociais voltados para o capital humano que o BSC proporciona.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Jair. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. dez/1996.
- BOEIRA, Sérgio L. **Responsabilidade socioambiental das empresas: liberalismo ou terceira via**. In: BOEIRA, Sérgio L. (Org.) **Democracia & políticas públicas: diversidade temática dos estudos contemporâneos**. Itajaí: editora da Universidade do Vale do Itajaí, 2005.
- BOISIER, Sérgio E. **Sociedade civil, participación, conocimiento y gestión territorial**. Santiago de Chile, ILPES, 1997.
- BRASIL. **Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF**, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação, caderno 1 e 2, Brasília: 2004.
- CERULO, Gilberto. **Escola, Comunidade e o Capital Social: a influência da dimensão do capital social sobre os índices de evasão escolar e reprovação**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da USP. São Paulo: 2006.
- COLEMAN, J.S. **Social Capital in the creation of human capital**. Am. J. Social., University of Chicago, v. 94, 1988.
- CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**. Tradução de Luciana Gouveia, São Paulo: Atlas, 1994.
- DURSTON, John. **El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural: díadas, equipos, puentes y escaleras**. Santiago de Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2002.
- FRANCO, Augusto de. **O lugar mais desenvolvido do mundo: investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário**. Sobradinho dos Melos - DF: AED, 2004.
- GODARD, O., J.P. Ceron, K. Vinaker y S. Passaris. **Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local**. In: Estudios Territoriales. Madrid, no 24, 1987.
- HENDRIKSEN, Eldon S.: BREDÁ, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**, 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- KAPLAN, R. S., NORTON B. **A estratégia em ação: balanced scorecard**. São Paulo: Campus, 1997.
- MARTELETO, Regina Maria e SILVA, Antônio Braz de Oliveira. **Redes e Capital Social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, p. 41-49, set/dez. 2004, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>, acesso em 27.10.06.
- PACHECO, Vicente. **Mensuração e divulgação do capital intelectual nas demonstrações contábeis: teoria e empiria**. Curitiba: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, 2005.
- PAGNONCELLI, Dernizo e AUMOND, Carlos Walter. **Cidades, Capital Social e Planejamento Estratégico**. O caso Joenville. Rio de Janeiro: Campus. 2004.
- PEIXE, Blênio C. Severo. **Finanças Públicas: Controladoria Governamental**. Curitiba: Juruá, 2002.
- PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução Luiz Alberto Monjardim, 4 ed, Rio de Janeiro, FGV, 2005.
- RELATÓRIO BRUNDTLAND. **Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: Nosso Futuro Comum**, Organização das Nações Unidas (ONU), 1987.
- SILVA, Jorge Antônio Santos. **O papel do capital humano, do capital social e das inovações tecnológicas na formação de redes territoriais, no crescimento endógeno e no desenvolvimento regional**. Disponível em www.eumed.net/ce/2006/jass-ch.htm - Acesso em 10.10.06.
- SVEIBY, Karl Erik. **A nova riqueza das organizações**, tradução de Luiz Euclides Trindade Frazão Filho, Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Endereço dos autores:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
Av. Colombo, 5790 - Jardim Universitário
Bloco C-23 - Sala 235 - Maringá - PR - Brasil
87020-900

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Departamento de Contabilidade
Rua Prof. Lothario Meissner nº 3400
Curitiba, PR - Brasil
80210-170

FACULDADE ESTADUAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS
E LETRAS DE CORNÉLIO PROCÓPIO
Pr 160, Km 0 - Caixa-Postal: 66
Cornélio Procopio, PR - Brasil
86300-000